

Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO 1º CAO

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 21 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 258/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo

Assunto: Requerendo providências

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:

□ Administrativo. Licitação. Fase Externa. Pregão Eletrônico nº 9/2017, tipo menor preço, para registro de preço para futura e eventual aquisição de bens permanentes. Cumpridas às formalidades legais da realização do certame por parte do pregoeiro e equipe de apoio. Fracasso do item 6, por desclassificação das empresas participantes que oferecem preços acima daqueles estimados pela administração, consoante o item 15.1 do edital. Chamamento na ordem de classificação. Inexistência de interposição de recurso e adjudicação dos itens pelo pregoeiro. Pela homologação, em favor das licitantes vencedoras, tudo de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Ato Normativo nº 06, de 29 de agosto de 2005, o Ato Normativo nº 11, de 07 de dezembro de 2005, e subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações □.

Proc: 2373/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça da Região Oceânica de Niterói/Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Assunto: Encaminhamento de cartas precatórias.

Despacho: Oficie-se ao interessado, encaminhando as informações relativas à Carta Precatória P.A - 20.2017. Em seguida, archive-se.

Proc: 2890/2017.

Interessado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se ao interessado cópia da informação do Promotor de Justiça de Murici/AL. Em seguida, archive-se.

Proc: 3586/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo

Assunto: Solicitando providências

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:

□ Administrativo. Licitação Fase Externa. Pregão Eletrônico nº 22/2017, tipo menor preço, para registro de preço para futura e eventual contratação de serviço de publicação de avisos de licitações e cotações de interesse do Ministério Público. Cumpridas às formalidades legais da realização do certame por parte do pregoeiro e equipe de apoio. Inexistência de recurso e adjudicação. Pela homologação dos itens 1 e 2, em favor da empresa Gibbor Publicidade e Publicações de Editais EPP, que ofertou os valores de R\$ 1.246,00 (hum mil, duzentos e quarenta e seis reais) e R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) respectivamente, perfazendo um valor total de R\$ 9.046,98 (nove mil, quarenta e seis reais e noventa e oito centavos) □.

Proc: 3901/2017

Interessado: Asplage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Tendo em vista a solicitação de inclusão mais um servidor, evoluam os autos à DPO para informar.

Proc: 4177/2017

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação

Assunto: Solicitando providências

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:

“Administrativo. Prorrogação de prazo e alteração da forma de pagamento do contrato de serviços de extensão de garantia de equipamentos de Data Center,

suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva incluindo reposição de peças, nº 32/2016, firmando com a empresa Hewlett-Packard Brasil Ltda. Pedido tempestivo. Comprovada a vantajosidade da prorrogação, em face da manutenção dos preços dos serviços sem reajuste. Diligências do gestor do contrato. Aplicação do art. 57, inciso II e § 2º da Lei nº 8.666/93 e disposições contratuais. Apresentação das certidões demonstrando a regularidade jurídica e fiscal da empresa. Existência de informação de dotação orçamentária e financeira. Pelo deferimento da prorrogação do prazo e alteração do contrato. □

Proc: 4296/2017

Interessado: Asplage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4408/2017.

Interessado: 19ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DPO/DCF para informar.

Proc: 4462/2017.

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 4463/2017.

Interessado: Des. Paulo Barros da Silva Lima, Corregedor-Geral da Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. Arquite-se.

Proc: 4486/2017.

Interessado: Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise/Procuradoria Geral da República.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4488/2017.

Interessado: Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro/Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se cópia ao Promotor de Justiça Dr. José Carlos Silva Castro para manifestação.

Proc: 4492/2017.

Interessado: Dr. Marcos Barros Méro, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça.

Proc: 4499/2017.

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Penedo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DG.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 21 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 4457/2017.

Interessado: Dr. Rogério Paranhos Gonçalves, Promotor de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 21 de novembro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ nº 1149, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4349/2017, RESOLVE designar o Dr. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES, 49º Promotor de Justiça da Capital, para funcionar nos Autos nº 0050230-32.2011.8.02.0001, em tramitação na 8ª Vara Criminal da Capital.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1150, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4279/2017, RESOLVE designar os membros do GECOC para funcionarem conjuntamente com a 5ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, nos Autos nº 0724898-12.2017.8.02.0001, bem como nos feitos judiciais decorrentes, em tramitação na supracitada Promotoria de Justiça.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1151, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os membros do GECOC para funcionarem conjuntamente com a 5ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, nos autos destinados à investigação dos fatos descritos no Proc. 4230/2017, bem como nos feitos judiciais decorrentes, em tramitação na supracitada Promotoria de Justiça.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1152, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA, 13ª Promotora de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 1ª Procuradoria de Justiça Cível, de 2ª instância, durante as férias do Procurador de Justiça titular, com efeitos retroativos ao dia 21 de novembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1153, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n. 8/2017/4PJC, RESOLVE tornar sem efeito a Portaria PGJ nº 1140, de 13 de novembro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1154, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4298/2017, RESOLVE ratificar todos os atos praticados pela Dra. ADRIANA ACCIOLY DE LIMA VILELA, 31ª Promotora de Justiça da Capital, na 27ª Promotoria de Justiça da Capital, no mês de outubro.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1155, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. ALEXANDRA BEURLIN, 11ª Promotora de Justiça da Capital, de 3ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 36ª Promotoria de Justiça da Capital, durante as férias da Promotora de Justiça designada.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1156, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. ANTONIO LUIS VILAS BOAS SOUSA, 3º Promotor de Justiça de União dos Palmares, de 2ª entrância, para atuar

no processo 0713758-20.2013.8.02.0001, em tramitação na 9ª Vara Criminal da Capital, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 29 de novembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1157, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO, Promotor de Justiça de Matriz do Camaragibe, de 1ª entrância, para funcionar nas audiências designadas para o dia 29 de novembro do corrente ano, na 8ª Vara Criminal da Capital.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1158, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 3686/2017, RESOLVE designar a Dra. MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA, 55ª Promotora de Justiça da Capital, para representar o Ministério Público de Alagoas, com o objetivo de promover a interlocução com os órgãos signatários do Acordo de Cooperação Técnica denominado Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos – SINALID.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

HOMOLOGAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o despacho de encaminhamento da Seção de Licitações e o parecer da Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral de Justiça no PROCESSO PGJ Nº 258/2017, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 20/2017, que tem por objeto o registro de preços para a aquisição de bens permanentes, em favor das licitantes vencedoras LICITA DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 21.278.884/0001-10, estabelecida na Rua B, 226, Loteamento Nova Palestina, Nossa Senhora do Socorro/SE, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para o item 1, totalizando o valor de R\$ 13.490,00 (treze mil, quatrocentos e noventa reais), MLJ – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.208.840/0001-19, estabelecida na Rua Seiro Nakamura, 41, Xaxim, Curitiba/PR, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para o item 2, totalizando o valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), DOMÍNIO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS – EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.527.195/0001-98, estabelecida na Rua Governador Jorge Lacerda, 241, Guabirotuba, Curitiba/PR, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para o item 3, totalizando o valor de R\$ 4.878,00 (quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais), CCK COMERCIAL EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 22.065.938/0001-22, estabelecida na Rua Bahia, 1447, Sala 01, Do Salto, Blumenau/SC, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para o item 4, totalizando o valor de R\$ 2.707,25 (dois mil, setecentos e sete reais e vinte e cinco centavos), COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.942.831/0001-36, estabelecida na Rua Caramuru, 188, Sala 01, Do Salto, Blumenau/SC, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para os itens 5 e 7, totalizando o valor de R\$ 4.083,90 (quatro mil, oitenta e três reais e nove centavos), KOMAND COMERCIAL LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 86.780.897/0001-39, estabelecida na Rua Henrique dos Santos, 79, Sala 01, Jardim Higienópolis, Londrina/PR, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para o item 8, totalizando o valor de R\$ 8.569,00 (oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais), tudo de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Ato Normativo nº 06, de 29 de agosto de 2005, o Ato Normativo nº 11, de 07 de dezembro de 2005, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Maceió, 21 de novembro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Fornecedor: LICITA DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP			
Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
1	10	R\$ 1.349,00	R\$ 13.490,00
Valor Total			R\$ 13.490,00

Fornecedor: MLJ – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA – EPP			
Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
2	10	R\$ 850,00	R\$ 8.500,00
Valor Total			R\$ 8.500,00

Fornecedor: DOMÍNIO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS – EIRELI – EPP			
Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
3	10	R\$ 487,80	R\$ 4.878,00
Valor Total			R\$ 4.878,00

Fornecedor: CCK COMERCIAL EIRELI – EPP			
Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
4	5	R\$ 541,45	R\$ 2.707,25
Valor Total			R\$ 2.707,25

Fornecedor: COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI – ME			
Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
5	5	R\$ 514,18	R\$ 2.570,90
7	10	R\$ 151,30	R\$ 1.513,00
Valor Total			R\$ 4.083,90

Fornecedor: KOMAND COMERCIAL LTDA – ME			
Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
8	20	R\$ 428,45	R\$ 8.569,00
Valor Total			R\$ 8.569,00

HOMOLOGAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o despacho de encaminhamento da Seção de Licitações e o parecer da Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral de Justiça no PROCESSO PGJ Nº 3586/2017, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 22/2017, que tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de publicação de avisos de licitações e cotações de interesse do Ministério Público Estadual, a serem veiculados em jornais de grande circulação, em favor da licitante vencedora GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.876.112/0001-76, estabelecida na Avenida Barão de Itapura, 2294, Edifício Montpellier, salas 15 e 16, Guanabara, Campinas/SP, por ter ofertado os valores finais de R\$ 9.046,00 (nove mil e quarenta e seis reais), tudo de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Ato Normativo PGJ nº 06, de 29 de agosto de 2005, o Ato Normativo PGJ nº 11, de 07 de dezembro de 2005, o Ato PGJ nº 01, de 8 de janeiro de 2016, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Maceió, 21 de novembro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Fornecedor: GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS EIRELI – EPP			
Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
1	4	R\$ 311,50	R\$ 1.246,00
2	30	R\$ 260,00	R\$ 7.800,00
Valor Total			R\$ 9.046,00

Subprocuradoria-Geral Administrativa Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 21 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 4249/2017.

Interessado: Warley Kaleu da Silva – Analista do MP.

Assunto: Prestação de contas.

Despacho: Junte-se ao Proc. 3489/2017. Após, retornem os autos à DCF para a respectiva baixa e providências cabíveis, nos termos da manifestação de fl. 42.

Proc: 4291/2017.

Interessado: Victor Marinho de Melo Magalhães □ Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de promoção funcional.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: □ Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Promoção. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses exercício no cargo na última referência da classe que se encontra, aprovação na avaliação especial de desempenho, aproveitamento em curso de qualificação profissional, assiduidade e inexistência de anotação acerca de punição por crime contra a administração pública, ilícito administrativo ou disciplinar. Pelo deferimento da promoção horizontal □ Símbolo PGJ-C □ da classe C - referência IV, para a classe B - referência I, com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3 da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis.”.

Proc: 4292/2017.

Interessado: Eglime Franco Alves Mussuri □ Técnica do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de promoção funcional.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: □ Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Promoção. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses exercício no cargo na última referência da classe que se encontra, aprovação na avaliação especial de desempenho, aproveitamento em curso de qualificação profissional, assiduidade e inexistência de anotação acerca de punição por crime contra a administração pública, ilícito administrativo ou disciplinar. Pelo deferimento da promoção horizontal □ Símbolo PGJ-B □ da classe C - referência IV, para a classe B - referência I, com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3 da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis.”.

Proc: 4382/2017.

Interessado: Diogo Lessa dos Santos Melo □ Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de progressão funcional.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: □ Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 24 (vinte e quatro) meses de exercício no cargo na referência que se encontra, avaliação especial de desempenho, assiduidade e inexistência de anotação acerca de punição por crime contra a administração pública, ilícito administrativo ou disciplinar. Pelo deferimento da progressão horizontal - Símbolo PGJ-B - da classe C referência III para a IV, ressalvada a hipótese do art. 3 da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a remessa dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis. □.

Proc: 4432/2017

Interessado: Dra Delma Maria Costa de Azevedo Pantaleão – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro conforme o pedido. À Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis. Em seguida, arquite-se.

Proc: 4445/2017

Interessado: Dr. Carlos Tadeus Vilanova Barros – Promotor de Justiça.

Assunto: Comunicando retorno.

Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as anotações de estilo.

Proc: 4447/2017

Interessado: Dr. José Arthur Melo – Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro conforme o pedido. À Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis. Em seguida, arquite-se.

Proc: 4466/2017

Interessado: Dr. Vicente Felix Correia – Procurador de Justiça.

Assunto: Comunicando retorno.

Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as anotações de estilo.

Proc: 4498/2017

Interessado: Dr. Valter José de Omena Acioly – Procurador de Justiça.

Assunto: Comunicando retorno.

Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as anotações de estilo.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 21 de novembro de 2017.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

PORTARIA SPGAI nº 387, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4363/2017, RESOLVE conceder em favor do Sd PM JOÃO BRÁZ DOS SANTOS JÚNIOR da Assessoria Militar desta Procuradoria Geral de Justiça, portador do CPF nº 049.941.704-60, matrícula nº 826066-4, 2 (duas) diárias de alimentação no valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais) e 1 (uma) diária de pernoite no valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), em face do seu deslocamento à cidade de Aracaju-SE, no período de 13 a 14 de novembro do corrente ano, para tratar de assuntos quanto a instalação do Gabinete de Segurança Institucional – GSI, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2363.0000 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339015 – Diária, pessoal militar.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

*Republicado

PORTARIA SPGAI nº 388, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Proc. 4382/2017, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo DIOGO LESSA DOS SANTOS MELO, Técnico do Ministério Público, Símbolo PGJ-B, da Classe C, referência III para a referência IV da mesma Classe.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 389, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Proc. 4291/2017, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo VICTOR MARINHO DE MELO MAGALHÃES, Analista do Ministério Público □ Área Gestã Pública, Símbolo PGJ-C, da Classe C, referência IV para a Classe B, referência I.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 390, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Proc. 4292/2017, RESOLVE deferir a progressão da servidora efetiva EGLINE FRANCO ALVES MUSSURI, Técnica do Ministério Público, Símbolo PGJ-B, da Classe C, referência IV para a Classe B, referência I.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Escola Superior do Ministério Público

PORTARIA ESMP/AL n° 52 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O VICE-DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ n° 03/12, resolve incluir no programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas” a prestadora de serviço voluntário LAVYNIA BERNARDO ALBUQUERQUE TORRES, estabelecendo sua lotação na 58ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 21/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ

Promotor de Justiça

Vice-Diretor de Planejamento da ESMP-AL

PORTARIA ESMP/AL n° 53 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O VICE-DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ n° 03/12, resolve incluir no programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas” a prestadora de serviço voluntário GEISYANE PONTES DA SILVA, estabelecendo sua lotação na 58ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 21/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ

Promotor de Justiça

Vice-Diretor de Planejamento da ESMP-AL

Colégio de Procuradores de JustiçaPAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL SOLENE - 24/11/2017

Convoco os Senhores Procuradores de Justiça para a 4ª Reunião Extraordinária Especial Solene do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar no Auditório Edgar Valente de Lima, situado no prédio-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, localizado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço, nesta capital, na data de 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 20h, a fim de que o Colégio se reúna em sessão solene para a posse do Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, nos termos do art. 8º, inciso XVIII, do Regimento Interno do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça.

Gabinete do PGJ/MPE/AL, 21 de novembro de 2017.

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Nota Declaratória

Declaro, para os devidos fins, que a 18ª Sessão Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, designada para esta data, às 10h, não foi realizada por falta de quórum, devendo a respectiva pauta ser apreciada na próxima sessão regimental. Compareceu o Senhor Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho. Ausente, justificadamente, o Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, bem como ausente, por encontrar-se em gozo de férias o Procurador-Geral de Justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, e os Procuradores de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá e Denise Guimarães de Oliveira. Do que, para constar, foi lavrada esta nota declaratória, que vai assinada pelo Procurador de Justiça.

Maceió, 21 de novembro de 2017.

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Procurador de Justiça**Conselho Superior do Ministério Público**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ELEIÇÃO PARA O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, nos termos da Resolução n. 16, de 10 de novembro de 2017, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas, convoca os integrantes do quadro ativo da carreira do Ministério Público do Estado de Alagoas para a eleição de membros que comporão o Conselho Superior do Ministério Público, para cumprimento de mandato durante o ano de 2018. A eleição realizar-se-á no dia 15 de dezembro de 2017, com início da votação às 9h e término às 17h, no Auditório Dr. Edgar Valente de Lima Filho, instalado no 5º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situado na rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, 79, bairro do Poço, nesta Capital.

Maceió, 21 de novembro de 2017.

Alfredo Gaspar de Mendonça Neto

Procurador-Geral de Justiça

PAUTA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA
23.11.2017

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na próxima quinta-feira, dia 23.11.2017, às 10 horas, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

– Apreciação da Ata da 34ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2017.

PROCESSOS PARA CONHECIMENTO NA FORMA DIGITALIZADA.

1. Cadastro n° 05.2017.00003675-4. Origem: 1ª PJ de Coruripe. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento administrativo.
2. Cadastro n° 05.2017.00003677-6. Origem: PJ de Maribondo. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório.
3. Cadastro n° 05.2017.00003679-8. Origem: 4ª PJ de Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de ICP.
4. Cadastro n° 05.2017.00003681-0. Origem: 4ª PJ de Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de ICP.
5. Cadastro n° 02.2017.00004465-4. Origem: PJ de São Sebastião. Assunto: Comunicação de prorrogação de procedimento preparatório.
6. Cadastro n° 05.2017.00003696-5. Origem: 14ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório de ICP.
7. Cadastro n° 02.2017.00004485-4. Origem: 2ª PJ de São Miguel dos Campos. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório.
8. Cadastro n° 02.2017.00004490-0. Origem: 2ª PJ de São Miguel dos Campos. Assunto: Comunicação de instauração de ICP.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1. PAP 001/2012. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Irregularidades na Câmara Municipal de Arapiraca. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.
2. PGJ/AL 4876/2012. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível dano ambiental. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.
3. IC n° 29/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

4. IC nº 31/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

5. IC nº 30/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

6. IC nº 13/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

7. IC nº 08/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

8. IC nº 09/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

9. IC nº 07/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

10. IC nº 05/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

Delfino Costa Neto
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Promotorias de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARECHAL DEODORO

INTERESSADO: ELIANE DE MOURA FREITAS
ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA DE ARAÚJO LOBO, PARA O PRÉDIO CONHECIDO COMO "PASTORAL".

PORTARIA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 03/2017 – 1ª PJMD

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio da Representante da 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; artigos 25, IV, "b", e 26, I, da Lei nº 8.625/93, e demais Resoluções do CNMP, que tratam da matéria;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127 da Constituição Federal Brasileira, que atribui ao Ministério Público o caráter de instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo artigo 6º, VII, LC nº 75/93);

CONSIDERANDO que a CF/1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO as declarações da Sra. Eliane de Moura Freitas, em razão da transferência dos alunos portadores de necessidades especiais da Escola Municipal Dona Maria de Araújo Lobo, para o prédio conhecido comumente como "Pastoral", ambos localizados neste município;

CONSIDERANDO as informações de ausência de condições de funcionamento no prédio improvisado;

CONSIDERANDO que o artigo 2º, parágrafo 4º, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, determina a instauração de procedimento preparatório quando houver necessidade de apurar e complementar as informações apresentadas antes de instaurar o inquérito civil público,

RESOLVE:

Instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO de Inquérito Civil Público nº 06.2017.00001035-3 – 1ª PJMD, a fim de apurar as supostas condições precárias de funcionamento, passando a adotar as seguintes providências:

1) Oficiar ao Secretário Municipal de Educação de Marechal Deodoro, requisitando-lhe informações, no prazo de 20 (vinte) dias, acerca do retorno dos alunos portadores de necessidades especiais para a Escola Municipal Dona Maria de Araújo Lobo;

2) Oficiar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente desta Comarca e ao Conselho da Educação para, no prazo de 30 (trinta) dias realizarem inspeção "in locu" na Unidade conhecida como "Pastoral", averiguando se atende as necessidades dos alunos, visando o fim a que se destina;

3) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, na forma da legislação pertinente;

4) Solicitar ao Senhor Procurador-Geral de Justiça a publicação da presente portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;

5) Designar a Senhora Iolanda Salvador dos Santos, servidora cedida a esta Promotoria de Justiça, para funcionar como Secretária.

Autue-se e registre-se a presente Portaria e documentação anexa;

Cumpra-se.

Marechal Deodoro, 01 de novembro de 2017

Maria Aparecida de Gouveia Carnaúba
Promotora de Justiça
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

